

O IMPACTO DA PANDEMIA NA RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ – MS

PAOLA PEDROZO FERREIRA

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

TAIZA CHIODELLI

ANDRE FELIPE QUEIROZ

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

FÁBIO HENRIQUE PANIAGUA MENDIETA

UFSM - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

LESLEY BUENO SOARES

UCDB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO

Introdução

Em 2020 o COVID-19 trouxe rápida transmissão afetando bilhões de seres humanos, emocionalmente e fisicamente. A pandemia se expandiu causando impacto nos setores econômicos. Comércio entrou em lockdown interrompendo suas atividades. Todavia, observa-se que dentro dos setores do agronegócio brasileiro não houve escassez de produtos. Com a insegurança das pessoas saírem de suas residências e considerando que a agricultura familiar produz e comercializa seus mantimentos em feiras livres, o presente trabalho avalia o impacto gerado na fonte de renda dos produtores familiares durante a pandemia.

Problema de Pesquisa e Objetivo

A pandemia impactou a renda dos agricultores familiares no município de Ponta Porã –MS? Assim, o objetivo deste trabalho é investigar se ocorreram impactos significativos na renda dos agricultores familiares durante o período de pandemia.

Fundamentação Teórica

O trabalho apresenta tópicos discorrendo sobre a pandemia e seu impacto mundial; o agronegócio e seu papel na economia brasileira; a agricultura familiar conceituada pela legislação brasileira, e por fim, o município de Ponta Porã localizado no centro oeste brasileiro, na qual a pesquisa foi desenvolvida.

Metodologia

O trabalho tem natureza qualitativa, exploratória, com técnicas a partir de entrevistas estruturadas. Os pesquisadores entrevistaram duas famílias que comercializam seus produtos alimentícios no município de Ponta Porã – MS. Depois de um levantamento na literatura foram escolhidas perguntas referentes ao tema, que em seguida foram adequadas em um roteiro. A entrevista foi gravada, após sua finalização os áudios foram transcritos e analisados. Com isso, foram efetuados recortes do texto e sistematizados para análise considerando o objetivo da pesquisa.

Análise dos Resultados

Com base nas respostas dos entrevistados, podemos analisar alguns resultados relevantes que indicam que a pandemia aumentou a renda dos agricultores familiares. Ao contrário do esperado, apesar das pessoas evitarem saírem de suas residências, houve uma adaptação na forma de comercialização e os consumidores se sentiam mais seguros em comprar seus alimentos em locais abertos e com menor concentração de pessoas.

Conclusão

Em virtude dos fatos mencionados, pode-se constatar que as vendas dos agricultores familiares aumentaram, com isso, consequentemente a renda também aumentou no período de pandemia. De acordo com as informações obtidas, os resultados da pesquisa constataram que a pandemia gerou um impacto positivo na fonte de renda dos agricultores familiares entrevistados e conclui-se este estudo indicando a importância de apoiar e reconhecer a agricultura familiar como uma fonte de sustento e desenvolvimento econômico, especialmente em momentos de crise como o vivenciado durante a pandemia.

Referências Bibliográficas

DA SILVA, M. G. et al. Relevância do agronegócio para a economia brasileira atual, RSD Journal, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 2, p. 1-15, jan. 2022. DE OLIVEIRA, W. C.; BERTOLINI, G. R. F. Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar. Research, Society and Development, v. 11, n. 2, 2022. QUEIROZ, A. F. et al. Entendendo a importância do controle gerencial para a performance econômica na agricultura familiar. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 25, p. e2002-e2002, 2023.

Palavras Chave

Agricultura Familiar, Agronegócio, Pandemia

O IMPACTO DA PANDEMIA NA RENDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ – MS

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, foi apresentado ao mundo o vírus SARS-CoV-2, conhecido popularmente como COVID-19. Inicialmente presente na China, seu primeiro caso foi notificado no mês de dezembro de 2019 e, posteriormente, espalhou-se por outros países da Ásia, Europa, América e assim sucessivamente. A rápida transmissão deste vírus afetou bilhões de seres humanos, tanto emocionalmente quanto fisicamente (SILVA et al., 2020).

Segundo dados da Biblioteca Virtual em Saúde (2020), a transmissão ocorre por meio de gotículas, a partir do contato com as mucosas do nariz e da boca, através da tosse e/ou espirro. Em outras palavras, os indivíduos contaminam-se com o contato próximo às pessoas, objetos e superfícies infectadas. Ademais, os principais sintomas da doença são: falta de ar, febre, tosse, cansaço, perda do olfato e paladar, dor de garganta, dor de cabeça, diarreia, entre outros.

Por esses e outros fatores, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (2022), houve um aumento de 25% no número de pessoas que relataram casos de ataques de ansiedade e depressão. Nesse sentido, a mudança repentina de suas rotinas afetou-as socialmente, não havendo formas de conectarem-se pessoalmente com outros, pois, o medo de se infectar e contaminar seus próximos era iminente. Não apenas, as recomendações do Ministério da Saúde alertavam para que a população não saísse de casa para trabalhar e fazer outras obrigações. Segundo Costa (2020), a pandemia do COVID-19 se expandiu de forma rápida, causando um grande impacto em todos os setores econômicos e sociais. Com isso, cresceu a necessidade de apoio emocional e principalmente financeiro.

Em seguida, o colapso na saúde pública e privada do país ocasionou a falta de vagas em leitos de internação, falta de tubos de oxigênio, medicamentos e até mesmo profissionais adequados para o atendimento emergencial. Outro setor afetado pela pandemia foi a educação. Da mesma forma, escolas e universidades tiveram que se adaptar a essa nova forma de ensino remoto, exigindo que o ensino-aprendizagem de crianças e adolescentes, juntamente com o corpo docente, acontecesse através de apostilas e plataformas digitais. Eventualmente, uma nova problemática surgiu: famílias de baixa renda não possuíam estruturas para participar desta nova forma de ensino virtual e, por conseguinte, aumentou-se as taxas de evasão escolar por estas classes sociais.

Segundo Orellana et al. (2020), o Brasil foi um dos países mais afetados pela pandemia. Em geral, comércios entraram em lockdown (confinamento), interrompendo suas atividades – com exceção dos serviços essenciais, como hospitais, farmácias e mercados – com o propósito de conter os números de contágio entre as pessoas.

Inegavelmente, diante dos fatos mencionados, nota-se que o COVID-19 impactou não somente a rotina dos cidadãos, como também diversos outros setores brasileiros. Todavia, segundo Machado e Malagolli (2021), observa-se que dentro dos setores alimentares e produtivos do agronegócio brasileiro não houve escassez de produtos, pelo contrário: estes não pararam durante esse período de crise, sustentando de certa forma o país. Ainda de acordo com os autores, em síntese não faltava produtos, mas a comercialização destes precisou ser reduzida, em virtude da insegurança das pessoas em sair de suas residências para realizar a compra de determinado alimento.

Em contrapartida, para a agricultura familiar que produz e comercializa seus mantimentos em feiras livres, como frutas, verduras, legumes, ovos, derivados de leite e carnes caipiras em geral, estes concentram suas plantações visando à produção de alimentos orgânicos como geração de renda. Atualmente, esses pequenos produtores familiares, em sua grande

maioria de baixa renda, estão sendo reconhecidos como profissionais na área do setor alimentício, ressaltando a importância de sua agricultura na contribuição da produção e comercialização de alimentos no país.

Em vista dos argumentos apresentados, percebe-se que a doença do SARS-CoV-2, trouxe vários desafios para o mundo, entre os quais observa-se a importância da agricultura familiar na vida da população, pois é a partir do trabalho dessas famílias que ocorre a produção dos alimentos, além de apresentar um papel importante no abastecimento do mercado interno e no cenário econômico do Brasil.

Diante desses fatos, o município de Ponta Porã - MS, é um exemplo de cidade abastecida por estes produtos. A partir deste pressuposto, o presente trabalho tem como justificativa avaliar o impacto gerado na fonte de renda dos produtores familiares na pandemia.

Dessa forma, surge o seguinte questionamento: a pandemia impactou a renda dos agricultores familiares no município de Ponta Porã –MS? Assim, o objetivo deste trabalho é investigar se ocorreram impactos significativos na renda dos agricultores familiares durante o período de pandemia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir são apresentados os tópicos discorrendo sobre a pandemia, o agronegócio, a agricultura familiar, e por fim, o município de Ponta Porã – MS na qual a pesquisa foi desenvolvida.

2.1 PANDEMIA

Em dezembro de 2019 identificou-se uma nova doença infecciosa em Wuhan, China, posteriormente chamada COVID-19. Em poucas semanas, a pequena epidemia daquela cidade, sendo reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), converteu-se em pandemia no mundo, e no mês de março de 2020, a metade de toda população mundial estava em algum tipo de confinamento (SILVA et al., 2020).

Assim, seguindo as palavras de Werneck Carvalho (2020, v. 36), “a pandemia da COVID-19 pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século.”

Segundo Silva, et al., (2020), o primeiro caso notificado no continente Americano foi nos Estados Unidos da América, através de uma pessoa que tinha viajado à Wuhan, sendo reportado no dia 21 de janeiro de 2020. No final desse mesmo mês, o vírus já havia se alastrado por outros países, no qual registrou-se os primeiros casos no Japão, Tailândia, Coreia do Sul, Espanha, França e Itália.

Ainda de acordo com Silva et al., (2020, v. 12, p. 1003) “em março o único continente não atingido pelo vírus era a Antártica e, em 11 de março de 2020, a OMS declarou a COVID-19 como uma pandemia.” Nesse sentido, neste mesmo ano, o número de casos positivos da doença identificados nos indivíduos com o vírus aumentou, assim como o número de mortes consequentes da infecção. Este aumento de casos originou uma sobrecarga nos serviços de saúde em muitos países, bem como nos profissionais de saúde e em outros profissionais dos serviços considerados essenciais (VIEIRA; GRANJA, 2020, p.5).

Segundo o site do Ministério da Saúde (2022), os casos confirmados de infectados no Brasil foram de 34.783.786 pessoas, os óbitos registrados 687.574 mil e os casos recuperados atingiram o número de 34.006.978 milhões. Ainda, Werneck e Carvalho (2020, p.1) afirmam que:

O insuficiente conhecimento científico sobre o novo coronavírus, sua alta velocidade de disseminação e capacidade de provocar mortes em populações vulneráveis, geram

incertezas sobre quais seriam as melhores estratégias a serem utilizadas para o enfrentamento da epidemia em diferentes partes do mundo. No Brasil, os desafios são ainda maiores, pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração.

Da mesma forma, evidenciou-se que é justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe, como um todo, a importância de países com sistema de ciência e tecnologia desenvolvido, além de um sistema único de saúde que garanta o acesso universal à saúde. Parafraseando Werneck e Carvalho (2020, p.3):

A epidemia de COVID-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais. Ao longo dos últimos anos, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que impõe radical teto de gastos públicos e com as políticas econômicas implantadas pelo atual governo, há um crescente e intenso estrangulamento dos investimentos em saúde e pesquisa no Brasil. É justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe a importância para um país de um sistema de ciência e tecnologia forte e de um sistema único de saúde que garanta o direito universal à saúde.

De acordo com Silva, et al., (2020), foram adotadas algumas medidas de segurança, como recomendação de distanciamento, higienização frequente das mãos, uso de álcool gel, máscaras, isolamento social e restrição de aglomerações em ambientes fechados ou com pouco espaço para evitar a taxa de disseminação do contágio. Com isso, o indivíduo que fosse contaminado deveria cumprir a quarentena/isolamento durante certo período até que estivesse completamente livre do vírus.

Através dessas recomendações, o chamado lockdown foi aderido no Brasil. Este, por sua vez, foi uma medida imposta pelo Estado, em concordância com o Ministério da Saúde, que envolve a interrupção de atividades econômicas não essenciais e restrições na mobilidade, ou seja, só permaneceram os serviços essenciais de alimentação (mercados), saúde (hospitais e farmácias) e postos de combustíveis (SILVA, et al., 2020).

2.2 AGRONEGÓCIO

De acordo com Callado (2015, p. 1), “o ambiente econômico e social no qual o agronegócio está inserido tem se tornado cada vez mais complexo e diversificado”.

Segundo Silveira (2022, p. 12), “o agronegócio inclui processos desde a fabricação básica dos insumos, produção agrícola, os processos relacionados à produção e chegando até o consumidor final, onde deve oferecer qualidade e satisfação ao consumidor.”

O agronegócio é simplesmente o maior negócio da economia brasileira e também da economia mundial. Gerando mais de um terço do PIB brasileiro, quase 40% do emprego formal e principalmente sendo responsável por mais de 90% do saldo positivo da balança comercial do Brasil em 2006, o agribusiness, como também é conhecido, é o setor que mais contribuiu para o equilíbrio das contas externas brasileiras (MENDES, JUNIOR, 2007).

Para Guimarães e Souza (2022, p. 60) “o agronegócio, além de proporcionar renda aos agricultores, é um grande gerador de empregos, especialmente para pessoas sem habilidades técnicas.”

Para Taliarine e Ramos (2015), o agronegócio é um dos setores de maior relevância na economia brasileira, onde se move milhões de reais em recursos, fornecendo milhares de empregos e transformando o país em um grandioso celeiro agropecuário.

Nesse sentido, o Brasil é um país que possui um grande potencial em todo o mundo, para aumentar as exportações de produtos interligados diretamente ao agronegócio, em destaque aos alimentos sejam eles in natura ou processados e os energéticos, como por exemplo, o biodiesel e álcool (MENDES, JUNIOR, 2007).

Diante de Santos e Araújo (2017), o agronegócio brasileiro tem como desafio, evolucionar de modo competitivo e sustentável, com propósito de atender a demanda interna, dominar e preservar espaço no mercado interno e externo.

De acordo com Santana (2020, p.17) “o agronegócio é a principal e mais dinâmica atividade socioeconômica e ambiental do Brasil.” Para Carfantan e Brum (2006, p. 121):

o agronegócio é um conceito amplo, que envolve todas as atividades que direta ou indiretamente estejam ligadas ao setor primário e se divide em três grandes áreas: o setor de insumos, máquinas e implementos agrícolas, também conhecido como “antes da porteira”; o setor produtor propriamente dito, que engloba os produtores e criadores rurais, conhecido como “dentro da porteira”; e o setor da agroindustrialização, transformação e distribuição, conhecido como “depois da porteira.

O agronegócio é moderno, eficiente e competitivo, suas atividades são prósperas, seguras e rentáveis. Possui um clima diversificado, chuvas regulares e energia solar sustentável em abundância (SILVA, et al., (2013).

Silva, et al., (2013), afirma que, “O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país.” Ademais, Silva, et al., (2013) concluiu que o agronegócio brasileiro é o setor que mais cresceu sustentavelmente em termos financeiros ao longo dos anos, por isso, é o setor mais importante para a economia brasileira.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Abani, Cousin e Dickmann, (2022, p. 5) “entende-se que a Agricultura Familiar é um ator social importante e está permeada por elementos que contribuem para o processo de sustentabilidade.”

Portanto, segundo Silva e Breitenbach, (2013, p. 65) “A agricultura familiar é um grupo social que ocupa lugar de destaque na produção agropecuária brasileira. Isso ocorre pela capacidade de produzir e movimentar a economia nos âmbitos local”. Segundo Da Silva, Nunes, (2017, p. 2):

Nas últimas décadas, a agricultura de base familiar, enquanto modo de vida e de produção no meio rural, vem conquistando o reconhecimento de sua importância e potencial para a promoção de um desenvolvimento rural dinâmico orientado para a sustentabilidade.

Para Albani, Cousin e Dickmann (2022), a Agricultura Familiar necessita ser refletida, a partir de uma diferença de conceitos, sendo contextualizada em diversas circunstâncias de conflito e de elaboração de estratégias de apoio e formação de suas medidas organizativas.

A agricultura familiar ganhou muitas caracterizações, sendo definida como agricultura de sustentação, de baixa produção e pobreza rural (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2016). Também podendo ser considerada como um micro negócio no espectro empreendedor (QUEIROZ et al., 2023). De acordo com Albini, Cousin e Dickmann (2022, p. 5):

o atual contexto da Agricultura Familiar se mostra um campo profícuo para promover o debate da sustentabilidade, pois se apresenta como um lugar constituído por seres humanos situados e datados, desacomodados e protagonistas na luta, sendo movidos pelos sentimentos de dominação e de resistência.

Segundo Oliveira e Bertolini (2022), a agricultura familiar mostra-se uma das atribuições rurais de maior importância no agronegócio brasileiro.

A agricultura sustentável familiar é o manuseio dos ambientes agrícolas para preservar e aumentar a sua eficiência, a capacidade do ambiente (ar, água e solo), a diferença biológica e a qualidade de vida dos seres humanos envolvidos, a partir desse momento e futuramente, junto com funcionalidades ecológicas, econômicas e sociais do meio rural (OLIVEIRA; BERTOLINI, 2022).

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, Lei nº 11.326/2006, art. 3º).

Conforme Queiroz (2022), a agricultura familiar pode ser estudada por duas perspectivas diferentes: a perspectiva social como um objeto que demanda cuidados do estado, e a perspectiva econômica que é vista como um pequeno empreendimento que fornece renda às famílias.

2.4 MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - MS

A origem de Ponta Porã começa com a formação de um povoado denominado inicialmente Punta Porá, que surgiu dentre os campos de erva-mate (IBGE, 2022).

De acordo com IBGE, (2022) em 1900 Ponta Porã torna-se distrito de Bela Vista. Em 18 de julho de 1912 foi criado o Município de Ponta Porã, deixando de ser distrito de Bela Vista. O município de Ponta Porã está situado na região Sul-Fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede localizada a 257 km da capital. Seus limites são: ao norte com os municípios de Antônio João e Dourados, ao sul com o município de Aral Moreira, a Leste com os municípios de Dourados e Laguna Carapã e a oeste com a fronteira com o Paraguai (IBGE, 2022). Nesse sentido, Ponta Porã possui uma área de 5.359,354km² (2021), população estimada em 95.320 pessoas (2021), uma densidade demográfica de aproximadamente 14,61 hab/km² (2010).

Segundo o IPEA (2008), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Sendo assim, de acordo com o IBGE (2010), o último cálculo de IDH do município de Ponta Porã –MS é de 0,701.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se através de uma pesquisa qualitativa, segundo Godoy (1995, p. 21) “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”.

Contudo, o método que será utilizado é exploratório, “a pesquisa exploratória procura conhecer as características de um fenômeno para procurar explicações das causas e consequências de dito fenômeno” (RICHARDSON, 1989, p. 281).

Visando os impactos da renda gerados na pandemia dentro da agricultura familiar, iremos utilizar técnicas a partir de entrevistas para obter as informações desejadas a fim de compreender se o impacto gerado foi positivo ou negativo na renda durante este período de crise.

Segundo Duarte (2004, p. 215) “entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos,

mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados.”

Sendo assim, através das formas citadas acima, as pesquisadoras entrevistaram duas famílias que comercializam seus produtos alimentícios no município de Ponta Porã – MS. A entrevista foi realizada a partir de perguntas referentes à quais foram os impactos que a pandemia mais afetou na venda e comercialização de seus determinados produtos e descobrir se isso gerou ou não consequências negativas em suas rendas econômicas.

Segundo Luiz Antonio et al., (2009, p. 85) “a renda pode derivar do produto do capital - aluguéis, dividendos, juros – produto do trabalho - salário, honorários, vencimentos, soldos - ou, ainda, da combinação de ambos, como a atividade empresarial”.

Depois de um levantamento na literatura foram escolhidas algumas perguntas referentes ao tema, em seguida, as perguntas foram adequadas em um roteiro elaborado para auxiliar na entrevista realizada. Sendo assim, o primeiro entrevistado foi um senhor de aproximadamente 55 anos, onde o mesmo tem sua renda totalmente baseada na agricultura familiar, portanto a entrevista ocorreu de forma presencial usando um roteiro como base que está disponível no quadro 01.

A segunda entrevistada, sendo a mesma mulher de aproximadamente 25 anos filha de agricultores familiares, foi entrevistada através de ligação gravada. A cada pergunta feita, o entrevistado(a) respondia logo em seguida, sendo assim, utilizamos o celular para gravar as respostas dos mesmos, após a finalização da entrevista os áudios foram transcritos e analisados. Com isso, foram efetuados recortes do texto e sistematizados na seção abaixo.

Quadro 1 - Roteiro de entrevista.

Pergunta original	Fonte (artigo)	Pergunta adaptada
		1º Você se considera um agricultor familiar ou membro da família de agricultores familiares?
Quanto ganha (ganhava)... NORMALMENTE, por semana neste emprego?	Medici (2015)	2º Quanto ganhava em média, normalmente por semana antes da pandemia, durante e depois? Houve mudanças nos ganhos?
Como se comportou a renda domiciliar per capita média?	Soares (2006)	3º Durante a pandemia como ocorreram às vendas? Foi diferente de como era antes?
O período é importante na interpretação do custo?	Gomes (2001)	4º O período da pandemia causou diferentes comportamentos dos clientes? A forma de compra foi diferente?

Fonte: autores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste trabalho o objetivo foi investigar qual foi o impacto gerado na renda dos agricultores familiares, foi elaborado perguntas referentes à renda, onde utilizamos o aparelho celular para fazer a gravação da entrevista, com isso, foi observado com detalhes as respostas obtidas pelos entrevistados. Nessa sessão abaixo, examinaremos em detalhes as respostas.

1ª Pergunta: *Você se considera um agricultor familiar ou membro da família de agricultores familiares?*

Entrevistado A: “Eu sou filha de produtor rural.”

Entrevistado B: “Sim.”

A partir desta pergunta percebe-se que ambos entrevistados são agricultores familiares, sendo um membro e outro agricultor familiar.

2ª Pergunta: Quanto ganhava em média, normalmente por semana antes da pandemia, durante e depois? Houve mudanças nos ganhos?

Entrevistado A: “600 reais por semana. Sim para gente mudou, viu que aumentou as nossas vendas”

Entrevistado B: “uns dois salários. acredito que não... não afetou em nada pra mim.”

Percebe – se que a entrevistada A mencionou esclarecimentos importantes sobre seu faturamento obtido antes da pandemia, relata também que durante a pandemia houve aumento nas vendas por meio da agricultura familiar. Por outro lado, o entrevistado B relata que ganhava em torno de uns dois salários antes da pandemia, embora não fale o valor especificamente dos salários, mas disse que não houve mudanças em seus ganhos nesse período. Porém ele apresentou divergências em suas falas, primeiro ele afirma que não afetou em nada, mas depois quando é perguntado se a pandemia foi importante para a renda e como venda ele responde que “foi... aumentou a venda”.

3ª Pergunta: Durante a pandemia como ocorreram às vendas? Foi diferente de como era antes?

Entrevistado A: “Sim foi diferente em relação do atendimento com o cliente né..., eles preferiam buscar alimentos aqui na feira”

Entrevistado B: “pra mim não... pra mim foi normal, o movimento continuou”

Conforme dito a entrevistada A explicou que “foi difícil pra se enquadrar nessas regras” portanto sentiu a diferença sim, principalmente no atendimento com os clientes, ou seja teve que adotar medidas diferentes para atender aos protocolos sanitários e se adaptar ao novo. Enquanto o entrevistado 2 relata que foi normal e não enfrentou mudanças significativas, não percebeu diferença em comparação a como era antes.

4ª Pergunta: O período da pandemia causou diferentes comportamentos dos clientes? A forma de compra foi diferente?

Entrevistado A: “Sim teve muita diferença, as pessoas gostavam de vir até a feira de serem atendidas no carro”

Entrevistado B: “Teve sim, as pessoas tinham medo de ir ao supermercado”

Percebe-se que ambos entrevistados concordaram que sim, houve mudanças nos comportamentos dos clientes, sendo assim, a forma de compra também se sobressai positivamente para os dois.

Com base nas respostas dos entrevistados, podemos analisar alguns resultados relevantes que indicam que a pandemia aumentou a renda dos agricultores familiares. Enquanto o entrevistado A teve um aumento nas vendas e relatou que a pandemia foi importante para sua renda, o entrevistado B, afirmou que não sentiu nenhuma diferença em sua renda no período de pandemia, portanto, quando as entrevistadoras perguntaram de forma mais simples de se entender ele disse que as suas vendas aumentaram neste período, com isso, é notório afirmar, que o entrevistado B, talvez sentisse dificuldades em compreender o que era renda, mas quando lhe foi perguntado de forma mais simples, ele disse que sim, suas vendas de hortaliças aumentaram.

Ao contrário do esperado, apesar das pessoas evitarem saírem de suas residências, houve uma adaptação na forma de comercialização e os consumidores se sentiam mais seguros em comprar seus alimentos em locais abertos e com menor concentração de pessoas. O atendimento dos consumidores que possuíam carros, era feito com o deslocamento do agricultor até o veículo, o que possivelmente gerava maior sentimento de segurança dos compradores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados, o objetivo geral deste trabalho foi investigar se a pandemia impactou a renda dos agricultores familiares no Município de Ponta Porã, onde através das entrevistas realizadas e nas respostas alcançadas, foi possível analisar a situação dos agricultores familiares dessa região durante essa crise. Pode-se analisar que durante as entrevistas, obtivemos respostas claras e objetivas da entrevistada A, mas, no entrevistado B houve algumas contradições sendo muito importante destacar que pelo fato de ser uma pessoa mais humilde e com pouco estudo, o entrevistado não soube compreender o que era renda, mas ao final da entrevista ele concordou e afirmou que suas vendas aumentaram, com isso, consequentemente sua renda também aumentou no período de pandemia.

Dessa forma, apesar das pessoas evitarem saírem de suas residências para adquirir alimentos, houve uma adaptação na forma de comercialização e os consumidores se sentiam mais seguros em comprar seus alimentos em locais abertos e com menor concentração de pessoas.

De acordo com as informações obtidas, os resultados da pesquisa constataram que a pandemia gerou um impacto positivo na fonte de renda dos agricultores familiares entrevistados e conclui-se este estudo indicando a importância de apoiar e reconhecer a agricultura familiar como uma fonte de sustento e desenvolvimento econômico, especialmente em momentos de crise como o vivenciado durante a pandemia.

REFERÊNCIAS

ALBANI, I. C.; DA SILVA COUSIN, C.; DICKMANN, I. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Ambiente & Educação**, v. 27, n. 1, p. 1-27, 2022.

BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, **Brasil Interações**, v. 18, p. 3-15, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus**. Informações sobre o Coronavírus em 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 05 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Biblioteca Virtual em Saúde**. Novo Coronavírus (Covid-19): informações básicas. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas/>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006.

CALLADO, A. **Agronegócio**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 4. ed., 2015.

CARFANTAN, J. Y.; BRUM, A. L. O Agronegócio Brasileiro e as novas regras de acesso ao mercado da União Europeia. **Desenvolvimento em Questão**, v. 4, n. 8, p. 119-157, 2006.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

DA SILVA, M. G.; CESARIO, A. Vi.; CAVALCANTI, I. R. Relevância do agronegócio para a economia brasileira atual, **RSD Journal**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 2, p. 1-15, jan. 2022.

DE OLIVEIRA, W. C.; BERTOLINI, G. R. F. Uma revisão sistemática sobre a contribuição das cooperativas para a sustentabilidade da agricultura familiar. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, p. e43411226098-e43411226098, 2022.

GOMES, S. T. **Perguntas e respostas sobre custos de produção de leite**. Universidade Federal de Viçosa, 2001.

GUIMARÃES, R. S.; DE SOUSA, F. B. Princípios do Agronegócio e Sistemas Agroindustriais, **Revista Pleiade**, v. 16, n. 36, p. 58-67, 2022.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

IPEA. **Desafios do desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2144:catid=28/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

KUKIEL, É. D. G.; DOS SANTOS OLIVEIRA, E.; DA SILVEIRA, C. V. Dinâmicas e espacialidades das feiras livres nas fronteiras entre Brasil-Bolívia e Brasil-Paraguai, **Revista Para Onde!?**, v. 13, n. 2, p. 165-182, 2020.

LOPES FILHO, L. A. A.; QUINTILIANO, F. L.; WOLFF, G. Definição de “renda e proventos de qualquer natureza” para fins de tributação, **Revista do Direito Público**, v. 4, n. 1, p. 81-90, 2009.

MACHADO, A. P.; MALAGOLLI, G. A. Os impactos da pandemia da pandemia do COVID-19 no agronegócio brasileiro, **Revista Interface Tecnológica**, v. 18, n. 2, p. 500-512, 2021.

MEDICI, A. C. A mensuração da subjetividade: notas sobre a variável renda nas PNADs. *In: Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 80, 2015, Campinas. Campinas: PNAD Sem Foco, 2015, p. 121-151.

MENDES, J.; JUNIOR, J. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson, 1. ed., 2007.

ORELLANA, J. D. Y. *et al.* Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. Rio de Janeiro: **Cadernos de saúde pública**, v. 37, 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo**, 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em/>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2022.

QUEIROZ, A. F. Práticas de controle gerencial e fomentos voltados à agricultura familiar: um framework teórico. 2022. Tese (Doutorado) – Curso de Administração, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 2022.

QUEIROZ, A. F.; ESPEJO, M. M. S. B.; MALTA, M. C. M.; MENDIETA, F. H. P. Entendendo a importância do controle gerencial para a performance econômica na agricultura familiar. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 25, p. e2002-e2002, 2023.

SANTANA, A. C. *et al.* **Bioeconomia aplicada ao agronegócio: mercado, externalidades e ativos naturais**. Piracanjuba, GO: Editora Conhecimento Livre, p. 346, 2020.

SANTOS, P. V. S.; DE ARAÚJO, M. A. A importância da inovação aplicada ao agronegócio: uma revisão, **Revista Latino-Americana de Inovação e Engenharia de Produção**, v. 5, n. 7, p. 31-47, 2017.

SILVA, C. M. *et al.* A pandemia de covid-19: Vivendo no Antropoceno. **Revista Virtual de Química**, v. 12, n. 4, p. 1001-1016, 2020.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017, **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, 2022.

SILVEIRA, B. F. **Administração e agronegócio: gestão rural**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Administração) – Etec Profa. Anna de Oliveira Ferraz, Araraquara, 2022.

SOARES, S. S. D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004**, Desenvolvimento Social (Livros): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), São Paulo, 2006.

TALIARINE, A. B.; DE JESUS RAMOS, D.; FAVORETTO, J. R. A importância da gestão no agronegócio brasileiro, **Revista Perspectiva em Gestão, Educação & Tecnologia**, v. 4, n. 8, p. 6, 2015.

VIEIRA, J. M.; GRANJA, P. COVID-19: uma pandemia de saúde mental, **Saúde & Tecnologia**, n. 24, p. 5-10, 2020.

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada, **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.